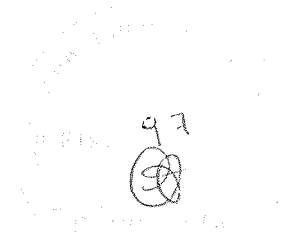




LIMOEIRO

CONTRATO Nº 21/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 173/2023/fscd.
DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL



CONTRATO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DE ANADIA E A EMPRESA: ATACADO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS E FRIOS EIRELI

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DE ANADIA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 12.207.403/0001-95, com sede na Rua Cônego Jacinto nº 036 – Cento – Limoeiro de Anadia - AL, CEP: 57.260-000, representado pelo Chefe do Poder Executivo, **JAMES MARLAN FERREIRA BARBOSA**, portador do CPF/MF nº 456.567.204-97 e RG nº 2000001105773 SSP/AL.

CONTRATADA:

ATACADO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS E FRIOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 28.983.399/0001-97, com sede na Rua Presidente Prudente de Moraes, nº 117, Levada, CEP: 57.017-130, e-mail: comercial.pdc@hotmail.com, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **THALES DANILO DELFINO SILVA**, portador de CPF nº 125.253.094-30, RG 2003006014008 SDS/AL.

Os contratantes enunciam as seguintes Cláusulas e condições que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº 14.133/21, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrevocavelmente, às suas estipulações e atendendo ao que consta no **Processo Administrativo nº 173/2023/FSCD**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAEF, EJA, PNAEP, PNAEC, AEE e INTEGRAL).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO

A presente contratação está fundamentada da Lei nº inciso VIII art. 75, da Lei Federal 14.133/2021

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Pelo objeto constante da Cláusula Primeira, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o valor global de **R\$ 27.600,00 (VINTE E SETE MIL E SEISCENTOS REAIS)**.

ASSINATURA DE JAMES MARLAN FERREIRA BARBOSA
JAMES MARLAN FERREIRA BARBOSA
Atribuição de Assinatura Digital nº 173/2023/FSCD
<http://serpro.gov.br/assinatura-digital>



CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente desta contratação correrá a conta da Funcional

Programática Funcional:

12.361.0003.4006 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO QUILOMBOLA – PNAEQ – Elemento de despesas 3.3.3.9.0.30.00.00.00.0000 – Material de consumo; Fonte de recurso: 1.552.0000 – PNAEQ; Fonte de Recurso: 1.500.0000 – RECURSOS PROPRIOS
12.361.0003.4007 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR FUNDAMENTAL – PNAEF – Elemento de despesas 3.3.3.9.0.30.00.00.00.0000 – Material de consumo; Fonte de Recurso: 1.552.0000 – PNAEF; Fonte de Recurso: 1.500.0000 – RECURSOS PROPRIOS
12.365.0003.4013 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE CRECHE – PNAEC – Elemento de despesas 3.3.3.9.0.30.00.00.00.0000 – PNAE; Fonte de Recurso: 1.500.0000 – RECURSOS PROPRIOS
12.366.0003.4012 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – JOVENS E ADULTOS – PNAE EJA – Elemento de despesas 3.3.3.9.0.30.00.00.00.0000 – Material de consumo; Fonte de Recurso: 1.552.0000 – PNAE EJA; Fonte de Recurso: 1.500.0000 – RECURSOS PROPRIOS

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega total dos produtos solicitados em cada ordem de fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada.

A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a nota fiscal os documentos válidos que comprove o atendimento das exigências fiscais de habilitação:

X- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a "Fazenda Federal", comprovada mediante o fornecimento de Certidão Conjunta RFB/PGFN, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Dívida Ativa da União, abrangendo a seguridade Social (INSS) e aos demais tributos e contribuições federais por ela administrados. (Site: www.receita.fazenda.gov.br);

X- b) Certidão de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; (Site: www.caixa.gov.br). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

X- c) Prova de situação regular perante o Tribunal Superior do Trabalho (TST), através da apresentação de Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa (Lei 12.440/2011) de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943; (Site: www.tst.gov.br/certidao).

X- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a "Fazenda Estadual", comprovada mediante o fornecimento de Certidão de Regularidade Fiscal do domicílio

ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO PARA FORNECIMENTO

Os objetos deverão ser entregues no prazo máximo de **5 (cinco) dias** contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, de acordo com o quantitativo solicitado pela Secretaria Municipal de Educação. Fica determinado que o recebimento será de segunda a quinta de 08:00 às 11:00 hrs.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LOCAL DE ENTREGA E DA FORMA DE RECEBIMENTO

A mercadoria deverá ser entregue na Central de Alimentação (ALIMENTAQUI). Fica determinado que o recebimento será de segunda a quinta de 08:00 às 11:00 hrs.

O fornecimento dos produtos será realizado de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Todos os gêneros alimentícios deverão ser transportados em caminhão baú específico para esse fim, devendo ser previamente higienizados e não conter qualquer substância que possa acarretar lesão física, química ou biológica aos alimentos.

Os gêneros de características congelados ou refrigerados deverão ser transportados em caminhão tipo baú refrigerados, de modo a conservar a temperatura e a qualidade dos alimentos no ato da entrega.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos gêneros;
- b) Receber os gêneros fornecidos pela contratada, de acordo com a especificação, contratante neste termo de referência, bem como atestar as notas fiscais;
- c) Recusar com a devida justificativa, qualquer gênero fornecido fora das especificações ou danificados;
- d) Efetuar o pagamento correspondente á fatura emitida e devidamente atestada.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- a) Proceder com a entrega dos gêneros de acordo com as especificações constantes neste termo de referencia, acompanhado da nota fiscal, dentro do prazo e local estipulados;
- b) Substituir os gêneros, em caso de defeitos, incorreções decorrentes de fabricação, transporte indevido e/ou inobservância às especificações exigidas;
- c) Assumir todos os ônus referentes ao fornecimento dos gêneros deste contrato, desde os salários dos seus empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

O contrato, decorrente deste termo de referência, terá vigência de 90 (noventa) dias, após a sua assinatura ou até o término do procedimento licitatório a contar da data de sua assinatura. Podendo ser prorrogado a critério da administração municipal

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

De acordo com os §§ 3 e 4º do art. 92 da Lei 14.133/21, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, é possível o reajustamento de preços. E para tanto, o critério adotado para reajuste de preços do presente contrato, será o Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

De acordo com o art. 155 da Lei 14.133/21, o contratante será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

De acordo com o art. 156 da Lei 14.133/21, a Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, observadas as disposições do inciso I, do art. 107 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FISCAL E GESTOR DO CONTRATO

A fiscalização da contratação será exercida pela servidora **Janaina Mácia Soares Barbosa de Oliveira** portara do CPF nº 025.111.334-58, e gerenciada pela servidora **Juraci Guilherme Anacleto**, portadora do CPF nº 399.115.004-20.

2. As decisões que ultrapassarem a competência fiscal deverão ser solicitadas formalmente pelo fornecedor do gênero à autoridade administrativa superior ao fiscal, imediatamente, em tempo hábil para a adoção de medidas convencionais.
3. O fornecedor do gênero deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhes todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desenvolvimento de suas atividades.
4. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor do gênero, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, as implicações próximas e remotas perante a Prefeitura Municipal de Limoeiro de Anadia, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual na implicação em corresponsabilidade deste Município ou de seus pressupostos, devendo, ainda, o prestador de serviço, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Prefeitura dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

O foro para dirimir questões relativas a presente contratação será o da Comarca de Limoeiro de Anadia/AL, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Limoeiro de Anadia/AL, 03 de Maio de 2023

Assinado de forma digital por
JAMES MARLAN FERREIRA BARBOSA
CPF: 000.000.000-00
http://www.gov.br/brasil/pt/assinatura-digital



JAMES MARLAN FERREIRA BARBOSA
PREFEITO

THALES DANILO
DELFINO
SILVA:12525309430

Assinado de forma digital por
THALES DANILO DELFINO
SILVA:12525309430
Dados: 2023.05.05 14:32:25 -03'00'

THALES DANILO DELFINO SILVA
ATACADO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS E
FRIOS EIRELI

LIMOERO

ANEXO DO CONTRATO 21/2023
ATACADO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS E FRIOS EIRELI

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	Ovo de galinha, branco tipo extra, fresco, limpo, pesando aproximadamente 60 g. cada um, acomodados em bandejas de papelão com 30 unidades lacradas com plásticos atóxicos, acondicionadas em caixas lacradas, limpas, secas, não violadas, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem, tanto nas bandejas como nas caixas, deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número de lote, data de embalagem, data de validade, condições de armazenamento, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF	UNIDADE	40.000	LUNA	R\$ 0,69	R\$ 27.600,00
Valor total: R\$ 27.600,00 (VINTE E SETE MIL E SEISCENTOS REAIS)						

62
Ⓞ